

Começa sexta a notificação dos acusados

Os 17 deputados que serão processados pela Câmara, por indicação da CPI do Orçamento, começam a receber sexta-feira as notificações da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que recebeu ontem da mesa a representação contra eles. Os "cassáveis" têm até o próximo dia 4 de fevereiro para apresentar defesa por escrito, cumprindo o prazo regimental de cinco sessões ordinárias. O presidente da CCJ, deputado José Dutra (PMDB-AM), informou que o período de 7 a 11 de fevereiro será destinado às diligências e instrução probatória.

O único problema para iniciar a contagem de tempo é a transformação das sessões em ordinárias. O projeto de resolução apresentado pela Mesa com esse objetivo foi retirado da pauta de ontem a pedido de alguns líderes. O presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), o representará hoje, já que ele é fundamental para que a Casa cumpra sua previsão de ter todos os acusados cassados em até 60 dias. Caso o projeto não passe, fica valendo as sessões ordinárias apenas das segundas-feiras, e a contagem, ao invés de ser em dias, passa a ser por semana.

Dutra pretende indicar mais de um relator para poder pulverizar os trabalhos, já que, pelo calendário definido, a partir do dia 10 o relator (ou relatores) começam a redigir seus pareceres para que estejam concluídos até o dia 23 de fevereiro. Dutra reservou três dias para a impressão dos pareceres, de modo a distribuí-los dia 28 de fevereiro. A reunião da CCJ para votar o parecer fica para 2 de março.



Inocêncio, Dutra e Lyra: após muita briga, um cronograma de trabalho

Matadouro — De acordo com o regimento da Câmara, cabe ao presidente da CCJ proceder as diligências e a instrução probatória. Para Dutra, que a 15 de fevereiro será substituído por Thomaz Nonô (PMDB-AL), não se trata de rito sumário. "Os acusados tiveram amplo direito de defesa na CPI, vão ter direito de defesa escrita na CCJ e, no momento do julgamento, será dado novo direito de defesa, através de seus advogados", ensinou Dutra, ressaltando que "não há como dizer, portanto, que aqui é um matadouro".

Assim que recebeu a representação, José Dutra e seus assessores da Comissão iniciaram a árdua tarefa de reproduzir todos os documentos de acusação colhidos pela CPI. O presidente da CCJ pretendia "varar a noite" para que tudo estivesse pronto hoje cedo e os ofícios começassem a ser expedidos.

Dutra, que não quer perder tempo, já oficiou à Ordem dos Advogados do Brasil, seção do DF, solicitando cinco advogados para serem indicados dativos no caso de os acusados não apresentarem defesa. Ele está solicitando também à mesa funcionários especializados nas quatro áreas investigadas pela CPI, para prestar assessoria à CCJ. Se a

Câmara não dispuser de especialistas, deverão ser requisitados servidores do Tribunal de Contas da União, Receita Federal e Banco Central.

Composição — Até sexta-feira, os líderes dos partidos que têm assento na CCJ deverão indicar os parlamentares que irão substituir todos ou parte dos 54 membros da Comissão. A secretaria da mesa já terminou a contabilidade com a proporcionalidade dos partidos que comporão a CCJ, devido às novas filiações.

O PMDB, o PPR, o PDT, o PT e o PRN perderam um integrante cada um. O PSDB ganhou um, assim como o PP, o PSD e o PL. O novo espelho da CCJ é o seguinte: PMDB (dez membros), PFL (nove), PPR (sete), PSDB e PP (cinco cada), PDT e PT (quatro cada), PTB (três), PSD e PL (dois cada), PRN, PSB e PC do B (um cada).

Dutra diz que espera ter o mais rápido possível os nomes dos novos membros para poder indicar o relator (ou relatores) dos 17 processos. A seu ver, alguns dos atuais membros podem ser reconduzidos para mais uma sessão legislativa e nada impede que parlamentares que tenham integrado a CPI do Orçamento continuem compondo a Comissão.